

Hospital público, um doente em fase terminal

O Hospital Regional de Sobradinho está sem telefone há oito dias porque não paga as contas. Em Ceilândia, há apenas 30 por cento do total de leitos que a demanda de pacientes exigiria. Em todos os hospitais das satélites e do Plano Piloto, a sobrecarga de trabalho (ou a ineficiência do atendimento) e o racionamento de material e do uso de equipamentos (quando existem) são sintomas que conduzem a um diagnóstico sombrio: a rede hospitalar pública avança aceleradamente para a condição de paciente terminal. O Sindicato dos Médicos utiliza terminologia diversa — “sucata” — mas o diagnóstico não varia: o colapso dos hospitais parece iminente. A Secretaria da Saúde lança mão do humor (doentio, certamente) ao admitir a dramaticidade do quadro. A rede vive a “democracia da carência”. Ou seja: falta praticamente de tudo em todas as unidades de saúde. As duas entidades entendem que o quadro tornou-se crônico graças às deficiências acumuladas ao longo dos últimos anos. E buscam, cada uma a seu modo, e através de campanhas, um médico que amenize as dores de um sistema que merece uma nova denominação: rede da doença pública.

Em função da precariedade das condições de trabalho nas diversas unidades hospitalares da rede pública, a Secretaria de Saúde lança agora um plano emergencial de ação numa tentativa de amenizar a situação. Trata-se do Projeto SOS Saúde, com previsão para durar duas semanas e que prevê a compra imediata — livre de licitação pública — de quantidade de material e medicamentos básicos capaz de suprir as principais carências da Fundação Hospitalar.

Segundo o secretário de Saúde, Milton Menezes, a compra emergencial é a única solução viável para a rede: “Durante quatro semanas consegui abrir mais de 100 processos licitatórios para encomenda de material básico, mas todo ele só deve ser recebido pela FHDF dentro de 20 a 30 dias. Enquanto isso, precisamos resolver o problema”. Ele diz que o projeto foi estudado no último final de semana para a apuração dos itens principais em falta.

“Por exemplo, estamos com falta de luvas cirúrgicas, só que um estoque de cerca de 500 mil pares já foi encomendado através de uma licitação pública aberta no último dia 27”, explica. O prazo de entrega do material acaba em 20 dias, e nesse

intervalo a Secretaria de Saúde autorizará uma compra especial suficiente para atender à necessidade de pelo menos os setores de emergência

DEMOCRÁTICA

O secretário diz que a carência de materiais e medicamentos na rede está democratizada: “Todos os profissionais de saúde do setor público estão sofrendo com o problema”. Na lista de compra emergencial deverão constar itens como gaze, luva cirúrgica, algodão ortopédico e hidrófilo, seringas, atadura gessada, fio cirúrgico e tecidos. O único elemento que a FHDF conseguiu receber até agora, através de concorrência pública, foi o filme radiológico. O novo estoque deve durar seis meses.

Milton Menezes avisa que em hipótese alguma o paciente terá de levar material de casa para ser atendido, como foi cogitado na semana passada. Ele garante que dentro de duas semanas, no máximo, a situação estará estabilizada. “A dificuldade encontrada agora se deve sobretudo ao fato de que os estoques de material e medicamentos estavam quase a zero quando assumi a Secretaria”, comenta.